

O JECA NACIONAL: MÚLTIPLOS OLHARES DO INTERDISCURSO

Abstract

This paper discusses research results about language learning from the perspective of discourse analysis, focusing on the meaning construction as a result of intertextual strategies. It proposes that textual interpretation is a linguistic and historical process.

Palavras-chave: discurso; interpretação; ensino; interdisciplinaridade.

Leitura e interpretação da leitura na escola

A história da leitura no mundo ocidental foi construída ao longo de um demorado processo histórico em que os homens acostumaram-se com uma nova forma de pensar e transmitir o conhecimento (Manguel, 1997; Chartier, 1998). Com a vinculação da leitura à instituição escolar, ela transformou-se em uma atividade social e a sociedade passou a entendê-la como signo de prestígio, de distinção entre os letrados e os iletrados. Do mesmo modo, a escola, espaço de institucionalização da leitura, tornou-se uma instância de julgamento e valorização de textos. Desde sua origem, a instituição escolar dita, subrepticamente, qual deve ser o gosto do leitor através da seleção de materiais que considera “positivos” e da expulsão daqueles considerados “negativos”.

Focalizaremos, neste trabalho, um gênero discursivo sobre o qual a escola pensa ter certezas: o gênero literário. Tradicionalmente, considera-se que a escola é o lugar institucional de leitura e aprendizado do literário. Ocorre, mesmo, que a maioria de nossa população só tem contato com a literatura nos bancos escolares. Como instância de julgamento sobre a “boa” e a “má” leitura, a escola valoriza os textos literários a partir de um vago conceito de “literatura”, e expulsa os textos considerados “maus”, como, por exemplo, aqueles ligados à cultura de “massa”. No entanto, o próprio discurso oficial da escola vem, há

algum tempo, insistindo na importância de incorporarem-se diferentes gêneros discursivos, reconhecendo o seu papel de produtores de sentidos na sociedade contemporânea. Mas, do mesmo modo que não há clareza sobre como trabalhar com a “literatura”, também em relação a essa incorporação não existem definições claras. O propósito deste trabalho é apontar alguns caminhos, direcionados pelas aquisições da Análise do Discurso, que possam evidenciar a importância da leitura plural, da leitura dos interdiscursos que atravessam os diferentes gêneros discursivos e que, nesse deslocamento, constroem os sentidos sociais.

O gênero literário e a produção social do sentido

Segundo Bakhtin (1994), as modalidades da enunciação estão constitutivamente articuladas aos gêneros discursivos pois cada esfera da atividade social possui formas textuais cristalizadas. Os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos em uma sociedade, constroem, com as formas discursivas típicas de cada um desses diversos gêneros, as representações do imaginário de uma certa época.

O discurso cristaliza as práticas de textualização em formas textuais. Essas práticas ocorrem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político, etc. As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como “lugares de onde se fala”. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma *formação discursiva* que determina os *modos de dizer* e aquilo que *se pode e se deve dizer* em certa época (Foucault, 1985).

Esses campos não são, entretanto, fechados. Ao contrário, uma formação discursiva é “*constantemente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas*”.

sivas fundamentais – por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos” (Pêcheux, 1990; 314).

O interdiscurso, domínio comum de figuras, de estereótipos, de maneiras de imaginar, é, ao mesmo tempo, uma região de confronto de sentidos em que idéias contrárias se digladiam. A interpretação, como construção de uma representação coletiva, é alimentada exatamente por essa contradição: ao mesmo tempo em que os discursos se confraternizam eles se confrontam no campo social. Os gêneros, materialização textualizada dos discursos, estão, por isso, em constante redimensionamento e reconfiguração e a interpretação de um texto deve ser feita dentro do amplo domínio dos campos discursivos que o circundam pois nenhum texto esgota-se em si mesmo (Gregolin, 1997).

O que caracteriza o “modo de dizer do literário” nesse complexo movimento discursivo de que se alimentam (e se reproduzem) as representações do imaginário coletivo? Como a fala literária se articula com outros gêneros em determinada época?

Ao pensarmos a obra literária inserida na questão do “gênero discursivo”, pensamos nos usos sociais da literatura, na sua função dentro de uma determinada sociedade. Função não imediatamente utilitária, já que a *mimesis* não é a cópia da realidade, mas a atividade de reconhecimento, no “mundo da obra”, dos mundos verossímeis. Buscar a relação entre obra literária e sociedade significa tentar desvendar o que ela propicia enquanto portadora de um conhecimento que vai ser interpretado pelos leitores e levá-los ao reconhecimento da identidade/alteridade; entender o seu papel cognitivo e pragmático de levar o leitor a estabelecer laços imaginários com o “outro” e reconhecer-se, já que “*não é por si mesma que a obra literária significa, mas sim pelos processos de interpretação variados que colocam em ação as múltiplas dimensões do jogo com o real*” (Leenhardt, 1998).

Tomando como baliza essa relação fundamental entre a literatura e a história na construção do imaginário de uma sociedade, propomos entender as formas de representação do *imaginário social* no discurso literário e compará-las com outros discursos com os quais a literatura dialoga no contexto histórico-social.

Para pensarmos essas questões, que envolvem a reflexão, ao mesmo tempo, da especificidade do literário e de sua função em um contexto histórico, propomos tratar a construção da representação imaginária do “*nacional*” como um tema que atravessa a História brasileira e que encontra na Literatura um fértil terreno de combates.

A fim de tratar dessa representação, tomamos a figura do *Jeca Tatu*, criada por Monteiro Lobato em *Urupês* (1918), na qual o homem, a história e o espaço geográfico estão entrelaçados. Com a leitura do diálogo que essa figura estabelece com outros gêneros discursivos do mesmo período, analisaremos o interdiscurso em que os sentidos transitam, se digladiam e se solidarizam. Nesses discursos, diferentes *modos de dizer*, são construídas representações que,

enraizadas na História, constituem o *nacional* como uma fala transversa.

O Jeca-Tatu e a constituição da nacionalidade

Na construção do imaginário coletivo brasileiro, o “outro” (contraponto identidade/alteridade) ora é o Primeiro Mundo - horizonte de chegada a ser atingido - ora são os “subalternos”, os marginais que revelam os problemas não resolvidos. Desde a primeira geração da literatura “nacional”, nos momentos pós-Independência, os intelectuais viram-se diante do problema de formular uma identidade em uma sociedade herdeira de um colonialismo que se desagregara. Esse movimento resultou em um esforço de auto-conhecimento (Sodré, 1995). Assim, desde os primórdios a literatura brasileira estava marcada pelo compromisso com a vida nacional. Mas os confrontos com a alteridade demoraram a serem equacionados e resolvidos. A busca da identidade vai dar-se, nesses primeiros tempos, pelo olhar ilustrado de formação européia. Estudiosos da historiografia literária brasileira, como Schwartz (1977) mostram que a transplantação de idéias européias retardou, nos escritos literários do Brasil, a resolução dos conflitos e a construção de uma “mentalidade verdadeiramente nacional”. Tanto o discurso literário quanto o histórico (de que Varnhagen era a voz “oficial”) miravam a Europa como modelo ao mesmo tempo em que índios e negros - idealizados em verso e prosa - constituíam o “outro” incômodo a lembrar à elite sua dívida com o passado colonial.

O “nacionalismo” do período romântico - essa primeira tentativa organizada de constituir uma “mentalidade nacional” - buscava a supervalorização do exótico e, com isso, idealizava o espaço nacional por meio de figuras que, como na literatura indigenista de Alencar, dissumulavam as mazelas nacionais. A geração seguinte, já no final do século XIX, com as mudanças histórico-sociais brasileiras, expressa uma maneira de pensar o “nacional” que coloca mais explicitamente a Europa como o centro da alteridade: pensar a identidade passa a ser a busca de um método científico de ordenar o caos. Os modelos científicos da época (principalmente Darwin, Comte e Spencer) dão a tônica da resolução das diferenças: o meio e a raça são responsáveis pelo atraso brasileiro, já que - cientificamente - nossa sociedade está condenada à mestiçagem. Apesar da visão enviesada pelo cientificismo positivista, assiste-se, nesse final de século, a vários gêneros discursivos que buscam a interpretação histórica e social da vida brasileira. Principalmente com Euclides da Cunha na literatura, Sílvio Romero na crítica e Oliveira Viana na história, acontecia um movimento geral, *uma tentativa ainda desordenada de formulações culturalmente brasileiras*” (Sodré, 1995; 403-428).

Nesse movimento de representação do *nacional*, a grandeza do meio físico é a figura que recobre a busca de afirmação: a fascinação pelo meio geográfico subtende o discurso ideológico que pressupõe

que “o meio físico molda a criatura e a coletividade”. É o discurso geográfico dominante no final do século XIX, que tem na base as idéias do “determinismo geográfico” e da “teoria do espaço vital” de Ratzel, que se deixa entrever nesse regionalismo (Moreira, 1984). A busca de um conceito de *nacionalidade* vai ser feita pelo viés de um descritivismo realista, em que o espaço físico e cultural de uma região representa a interpretação configurada do Brasil. A descrição realista aproxima a literatura da arte figurativa ao mesmo tempo que acentua o valor documental do literário.

Com *Urupês* (1918), Monteiro Lobato demonstra a consciência crítica das mazelas nacionais. O personagem *Jeca Tatu*, que figurativiza o caboclo do interior paulista, fotografa o atraso de parcela da sociedade e o descaso dos governantes com as condições de vida dessa gente. A famosa preguiça do *Jeca* delinea o retrato do fatalismo e da ignorância a que essa população está submetida:

“Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Jeca marcador, Jeca lavrador, Jeca filósofo... Seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço – e nisto vai longe. Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro. Pura biboca de bosquímano. Móvel nenhum. A cama é espipada esteira de peri posta sobre o chão batido. Às vezes se dá ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes. Três pernas permitem o equilíbrio, inútil, portanto, meter a Quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão. (...) Seus remotos avós não gozaram maiores comidades. Seus netos não meterão Quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se bem sem isso.

A figura do *Jeca Tatu* dialoga com outros discursos, históricos e sociológicos, do período, que discutem o mito da preguiça do povo brasileiro. Esse mito está presente na memória discursiva⁽¹⁾, alimentada pelo discurso da História oficial do colonizador e pela voz dos viajantes:

“O caipira, se não anda nas suas aventureiras excursões, encontra-lo-eis sentado à porta do lar, fumando seu cigarro de fumo mineiro e olhando o seu cavalo, que ruma, tão preguiçoso como ele, a grama da estrada. Essa gente, mais guerreira do que agricultora, não trabalha, não lida, e a sua atividade não produz, consome-se.” (A. E. Zaluar. *Peregrinação pela província de São Paulo – 1860-61*)

Sérgio Buarque de Hollanda, em *Raízes do Brasil*, trata desse mito que esteve sempre enraiza-

do em nossa cultura desde o início da colonização. Sua origem está na resistência do indígena ao trabalho escravo e justificou a escravidão dos negros trazidos da África para sustentarem as culturas da cana-de-açúcar e do café. Fundou-se, com a justificativa desse mito, uma sociedade de senhores *versus* escravos, em que a população que não se encaixava em nenhuma dessas categorias tornou-se marginalizada pois trabalhar, para quem não era nem escravo nem senhor, era a mais aviltante das atividades. Com essa representação de que o trabalho era coisa de escravos, criou-se uma massa desorganizada que recusava trabalhar, considerando-a uma experiência aviltante. O mito da preguiça justificou também o incentivo à vinda dos imigrantes europeus, que substituíram os escravos logo após a abolição da escravidão, e foram sujeitados ao mesmo tipo de exploração escravista. Os colonos europeus só podiam possuir a terra se trabalhassem por um período, em regime de escravidão, para o senhor proprietário das terras.

Essa oposição entre o imigrante trabalhador e o *Jeca*, brasileiro caboclo preguiçoso, aparece no *Urupês*, e vai circular em grande escala na sociedade quando Lobato transforma o personagem em “garoto-propaganda” dos laboratórios Fontoura por meio do folheto *Jeca-Tatuzinho*, distribuído gratuitamente nas farmácias do país:

Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele. Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca não fazia o mesmo? Quando lhe perguntavam isso, ele dizia:

- Não paga a pena plantar. A formiga come tudo.

- Mas como é que seu vizinho italiano não tem formiga no sítio?

(Jeca-Tatuzinho, 1927; pag. 03)



Lobato foi um dos maiores criadores da indústria cultural. Durante o longo período de sua

¹ É possível ver o mito materializado, por exemplo, na tela *O caipira* de Almeida Júnior.

distribuição, o folheto *Jeca Tatuzinho* chegou a 29 milhões de exemplares. Com essa estrondosa circulação, foi responsável pela desmistificação da representação do “caboclo” como preguiçoso, desanimado e sem forças:

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. Jeca Tatu passava os dias de côcoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. (...) Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantouse de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e magro, resolveu examiná-lo.

– Amigo Jeca, o que você tem é doença. (...) Você sofre de ancilostomiase ... amarelão.

A modernidade de Lobato está no fato de que a preguiça do *Jeca* não é justificada por um discurso ideológico do mito da preguiça nacional. Acompanhando a evolução da ciência do início deste século, Lobato desvenda as causas do desânimo do homem do campo, mostrando que as suas condições de vida eram responsáveis pela desnutrição e pelas doenças como o “amarelão”. A propaganda dos produtos dos *Laboratórios Fontoura* vem justamente mostrar – didaticamente – que era a ignorância a principal causa daquilo que sempre fora pintada como sendo a “preguiça” do caboclo.

Lobato revela, com a figura do *Jeca* que a visão determinista do mito da preguiça era usada para justificar que não houvesse educação para o povo. Nesse sentido, ele promove uma “redescoberta do interior do Brasil” e revela a necessidade da mudança da mentalidade para acompanhar as profundas transformações político-sociais por que passava o Brasil no início do século XX. Com esse desvelamento, Lobato ajudou a construir uma nova representação da identidade nacional. Essa releitura do Brasil inspira-se na diversidade, na multiplicidade, nos contrastes entre o velho e o novo, entre o rural e o urbano. A complexidade da sociedade multirracial e multicultural desenhada na obra de Lobato coloca em cheque a supremacia do olhar europeu.

Por um ensino interdisciplinar: lendo a materialidade do interdiscurso

A percepção do *tempo* e do *espaço* permitiu ao Homem tornar-se histórico. Compreendendo-se nessa coordenada espaço-temporal, pôde desenvolver a memória e representar-se na história. O espaço é uma construção imaginária coletiva por meio da qual o “eu” estabelece identidades e diferenças, subjetividades e alteridades. Os textos literários participam dessa construção na medida em que as obras transfiguram o “es-

paço real” e o transformam em “espaço romanesco”. Ao construir essa representação, a literatura articula-se com outros textos e participa do processo histórico da inserção do homem na sociedade.

Pensando a escola como espaço onde deve ser exercitada a leitura plural, a leitura capaz de deslocar o olhar para os diferentes gêneros de discurso que compõem os sentidos sociais, propomos, neste trabalho, a leitura das figurações do *nacional* na obra de Monteiro Lobato como um interdiscurso que retoma textos históricos e geográficos. O que se propõe, neste texto, a partir da do instrumental da AD, é o deslocamento do olhar para a articulação entre a literatura e as representações culturais, buscando as inter-relações entre os vários discursos que subjazem ao literário como produto da História.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- GREGOLIN, Maria do Rosario V. Discurso e memória: movimentos na bruma da História. In: POSSENTI, S. & CHACON, L. *Análise do Discurso*. Marília: FCF-UNESP, 1997, pp. 45-58.
- LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (1998). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1959 (1ª ed. 1918).
- LOBATO, Monteiro. *Jeca Tatuzinho*. São Paulo: Bloch Editores, 29ª ed., 1959 (1ª ed. 1927).
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.
- MOREIRA, Ruy. *Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PÊCHEUX, Michel. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora de lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. Campinas: Duas Cidades, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.